



TONIETTI, ERISIA GENNAI

Erisia Gennai Tonietti nasceu a 5 de julho de 1900, em Rio Marina, na Ilha de Elba, e morreu a 7 de abril de 1974. Tinha diploma de contabilista. Foi membro da Câmara baixa do parlamento italiano (dita Câmara dos Deputados), de maio de 1948 a junho de 1968, ou seja, nas primeiras quatro legislaturas, tendo sido eleita nas listas do Partido Democrata Cristão. Destacou-se, ao longo deste período, a sua dedicação à promoção da igualdade de género, da qual são testemunhas numerosas as propostas legislativas, incluindo sobre a participação das mulheres nos júris dos tribunais criminais, na administração pública, e a promoção dos cuidados assistenciais às mães solteiras. Também foi a primeira mulher italiana a integrar o Parlamento Europeu, quando ainda se tratava de uma Assembleia parlamentar com representação indireta, ou seja, composta por membros designados dos parlamentos nacionais. A representação que a Câmara baixa italiana escolheu enviar, a 18 de junho de 1959, para a Assembleia Parlamentar Europeia contava com 24 homens e uma mulher, precisamente Erisia Gennai Tonietti, que foi membro da referida Assembleia até 1969. A representação italiana não estava sozinha no que diz respeito à sub-representação das mulheres: da Assembleia Comum da Comunidade do Carvão e do Aço (1952) até às primeiras eleições diretas ao Parlamento Europeu, que aconteceram em 1979, só 31 membros da Assembleia Europeia foram mulheres.

Grande parte da atividade política e de administração de Erisia Gennai Tonietti ocorreu no âmbito da saúde: Tonietti foi vice-presidente da Federação italiana das associações regionais dos hospitais, a partir de 1957. O seu interesse pelos problemas de saúde marca também grande parte das suas atividades parlamentares, seja no parlamento italiano, seja na Assembleia Parlamentar Europeia. No seio da Assembleia parlamentar, Erisia Gennai Tonietti integrou a Comissão para a Proteção da Saúde, tendo sido membro da comissão equivalente do parlamento italiano e autora de numerosas propostas legislativas neste domínio. Foi também nesta área que Tonietti prosseguiu a sua ação de promoção da igualdade de género, como revela, por exemplo, a sua participação nos trabalhos da Comissão Parlamentar para a Proteção da Saúde sobre as recomendações da Comissão acerca da proteção da maternidade nos Estados-membros (PARLEMENT EUROPÉEN, *Annuaire 1967*, p. 382-386).

Tonietti também integrou a Comissão de Assuntos Sociais e Saúde Pública, a Comissão sobre as Questões Energéticas, a Comissão de Assuntos Económicos e Monetários, e a Comissão das Relações Económicas com os Países Terceiros.

Além da sua competência na área da saúde, a participação nestas comissões reflete a sua dedicação aos assuntos económicos e financeiros: também enquanto membro do parlamento italiano, Tonietti tinha integrado as comissões dos assuntos financeiros no seio da Câmara dos Deputados de Itália.

Ao longo da sua atividade na Assembleia Europeia, Tonietti foi várias vezes Rapporteur *pour avis*, incluindo sobre as recomendações da CECA para uma definição de invalidez que desse acesso a pagamentos de prestações (doc. 122/65-I), adotada a 25 de janeiro de 1968, e sobre a Sétima Relação Anual sobre as atividades da EURATOM, adotada a 23 de setembro de 1964.

A promoção da Assembleia Parlamentar Europeia a Parlamento Europeu por eleição direta teve grande importância na atividade parlamentar de Tonietti, que se dedicou a esta tarefa ao longo de vários anos, juntamente com os seus colegas da bancada cristão-democrata e da delegação italiana, em geral. Neste sentido, Tonietti defendeu, juntamente com os seus colegas, a ideia duma progressiva integração europeia que passasse da fase económica à fase política. A eleição direta do Parlamento Europeu tinha de ter, na sua visão, um papel fulcral: o Parlamento devia ser expressão de uma comunidade supranacional, na qual a participação política popular fosse um elemento central, de forma a promover, em escala europeia e nos seus Estados-membros, um debate sobre questões de interesse continental, e não só nacional. A lei constitucional que Tonietti e a sua bancada apresentaram ao Senado italiano a 9 de fevereiro de 1965 para que fosse reconhecida ao nível constitucional a participação de membros do parlamento italiano na Assembleia Parlamentar Europeia é, de facto, uma etapa na campanha da própria Assembleia para a sua promoção a Parlamento Europeu com eleição direta (PARLEMENT EUROPÉEN, *Proposition de loi constitutionnelle relative aux articles 56 et 57 de la Constitution déposée le 9 février 1965 au Sénat...*, 1969).

A política energética comum também é um tópico muito presente nas atividades parlamentares de Tonietti. Tal tópico teve uma relevância particular ao longo dos anos 1960, seja pela sua importância geopolítica, seja pelas implicações que este assunto tinha numa comunidade, como a europeia, que tinha nascido com o intento de partilhar recursos energéticos e estratégicos como o carvão e o aço. Destacase, nesse sentido, o longo debate sobre a instituição de uma política energética comum que se desenrolou ao longo da década de 1960, enquanto o carvão perdia progressivamente centralidade enquanto fonte de energia e aumentavam, ao mesmo tempo, as subvenções públicas que os Estados-membros destinavam à sua produção para compensar custos crescentes e rendimentos diminutos (PARLEMENT EUROPÉEN, *Cahiers Mensuels de Documentation Européenne*, 1964, p. 59-61; PARLEMENT EUROPÉEN, *Informations*, 1968, p. 22). Tratou-se de um debate esclarecedor sobre os termos em que eram debatidos o processo de integração europeia e o rumo que devia tomar. A controvérsia via, de um lado, os defensores do protecionismo nacional, e do outro, os apoiantes da criação de um mercado único competitivo e livre. Tais posições, que representavam um modelo económico com profundas implicações políticas para a cooperação europeia, eram complementadas pelas posições mais pragmáticas, de pessoas, tal como Tonietti, que se preocupavam em providenciar uma mediação política aos processos económicos internacionais.

Nas suas intervenções na Assembleia Parlamentar, Tonietti considerou uma variedade de fatores, incluindo os custos sociais da transição do carvão para outras fontes de energia, o posicionamento dos países europeus num contexto internacional, marcado pela Guerra Fria, no qual EUA e URSS detinham uma grande parte dos recursos energéticos e do seu mercado internacional. As reflexões de Tonietti focaram-se sobre as perspectivas estratégicas das indústrias europeias, especialmente a siderúrgica, no contexto internacional e perante uma fase de maior diversificação dos recursos energéticos. Foi neste contexto que Tonietti valorizou a dimensão da coordenação europeia das políticas dos recursos energéticos perante as tentações protecionistas dos países europeus, seja no sentido de manter as vantagens do mercado perante as tentações autárquicas, seja no sentido de garantir a autonomia do espaço político europeu e, por isso, das suas indústrias estratégicas, no contexto da Guerra Fria. Manifesta-se aqui o problema das relações de competição e cooperação entre parceiros europeus, os quais são sujeitos a tentações opostas: à de privilegiar a competição entre as suas indústrias, se considerarem a vantagem económica, ou a cooperação, se considerarem o seu geopolítico numa escala global ou o seu interesse na mediação política dos conflitos sociais, que, nos anos 1960, se relacionava com os custos sociais da transição energética. Notável é, a esse respeito, a intervenção de Tonietti, a 24 de janeiro de 1962 (PARLEMENT EUROPÉEN, *Informations*, ob. cit., p. 146-48), a qual evidencia como a discussão sobre a política energética comum implicava uma reflexão sobre a posição estratégica e geopolítica da Europa em relação aos Estados Unidos e à União Soviética.

— A intervenção de Tonietti visou realçar a importância de se alcançar a autonomia energética dos países europeus em relação aos países líderes dos dois blocos políticos e militares da Guerra Fria, por razões ao mesmo tempo económicas e políticas, relacionadas tanto com a necessidade de se garantir a continuidade do fornecimento de meios de produção de energia (ou seja, petróleo e carvão), quanto com a conveniência do preço, necessária para garantir a competitividade da indústria. A intervenção de Tonietti refletia a realidade do aprovisionamento energético num mundo que já conhecia a crise de Suez, e no qual os recursos energéticos se tinham tornado num dos teatros do conflito internacional. Na sua intervenção, Tonietti comparou os dois cenários que se abriam perante os países europeus: desenvolver e fortalecer uma política energética comum ou, pelo contrário, fechar-se numa dimensão nacional e protecionista de utilização dos recursos energéticos face às incógnitas do mercado internacional e dos fatores geopolíticos que determinavam o seu andamento.

Notável é também a forma como Tonietti, que se apresenta como representante da Itália na Assembleia, relacionou o interesse geoestratégico do seu país com o interesse dos parceiros europeus em autonomizar-se das grandes potências militares mundiais na esfera crucial dos recursos energéticos. A Itália tinha perseguido uma política de autonomização, nomeadamente dos fornecedores norte-americanos, através da exploração dos recursos de gás natural no norte de África. E é tal recurso cuja importância Tonietti realçou para os países europeus no contexto da discussão. Desta forma, Tonietti reconheceu implicitamente a interligação que subsiste entre a sorte da estratégia italiana e a solidariedade de ação entre os parceiros europeus num contexto de Guerra Fria.

A intervenção no debate parlamentar de 24 de janeiro de 1962 ilustra o estilo político de Tonietti, caracterizado por um centrismo pragmático, típico dos grandes partidos de massa da sua época, que, no que diz respeito à política internacional, ultrapassa as distinções ideológicas para focalizar-se no objetivo geral da autonomia política da Europa. Tonietti bem representou tal estilo ao longo da sua atividade política e parlamentar.

Gabriele De Angelis
Universidade Nova de Lisboa

Referências

- ASSEMBLÉE PARLEMENTAIRE EUROPÉENNE, *Débats, Compte rendu in extenso des séances XI/63*, Éditions de langue française, Session 1963-1964, Séances du 14 au 18 octobre 1963, Séance du Jeudi 17 Octobre 1963, Luxembourg, 1963.
- ASSEMBLÉE PARLEMENTAIRE EUROPÉENNE, *Débats, Compte rendu in extenso des séances, IV/62*, Édition de langue française, No 52, Session 1961-1962, Séances du 22 au 25 janvier 1962, Séance du mercredi 24 Janvier 1962, Luxembourg, 1962.
- PARLEMENT EUROPÉEN, *Proposition de loi constitutionnelle relative aux articles 56 et 57 de la Constitution déposée le 9 février 1965 au Sénat... Pour l'élection du Parlement européen suffrage universel direct*, Direction générale de la documentation parlementaire et de l'information, Septembre 1969, p. 301-304.
- PARLEMENT EUROPÉEN, *Annuaire 1967, Rapport fait au nom de la commission sociale sur le projet de recommandation de la Commission de la C.E.E. aux États membres concernant la protection de la maternité* (doc. 122-I 1, 1965-1966), Rapporteur : Mlle A. LULLING (doc. 69, 1966-1967), Adoptée le 27 juin 1966, p. 382-386, Luxembourg, 1967.
- PARLEMENT EUROPÉEN, *Informations, I/1968, La situation charbonnière dans la Communauté (24 janvier)*, Luxembourg, 1968, p. 22-24.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA